

ARTIGO

Mobilidade social e inclusão produtiva das famílias de baixa renda



Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social

Diretor-Presidente

Paulo Tafner

Diretor de Pesquisa

Fernando Veloso

Gerente Administrativa-Financeira

Carolina Roiter

Elaboração de Conteúdo

Pedro H. Chaves Maia

Leandro P. da Rocha

Fernando Veloso

Artigo No. 010 (AR-IMDS-010-2026)

Abril de 2026

Rio de Janeiro, RJ

www.imdsbrasil.org





Este texto é uma reprodução de capítulo publicado no Volume 3 (Reformas das políticas sociais) do estudo “Caminhos do Desenvolvimento: Estabilizar, Crescer, Incluir”, disponível em <https://cdpp.org.br/wp-content/uploads/2026/03/cdpp-caminhos-desenvolvimento-vol3.pdf>.

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade social é um processo que se desenrola no tempo e em múltiplas dimensões. Em sua forma mais ampla, pode ser entendida como o deslocamento de um indivíduo ou grupo ao longo da estrutura social, especialmente em termos de renda, educação ou posição ocupacional. Neste artigo, articulamos duas abordagens complementares para compreender as trajetórias de pessoas oriundas da pobreza no Brasil: uma que observa o potencial de ascensão no longo prazo, e outra que capta a realização recente de inclusão produtiva.

A primeira abordagem, representada pelo **Atlas da Mobilidade Social**¹, estima, para cada município, a probabilidade de um indivíduo nascido entre 1983 e 1990 em uma família situada nos 50% mais pobres da distribuição de renda alcançar, entre 25 e 29 anos de idade, diferentes faixas da distribuição de renda. Trata-se de uma medida de mobilidade intergeracional relativa, útil para comparar estruturas de oportunidade entre territórios.

A segunda, desenvolvida no estudo **Bolsa Família: Primeiras Gerações**², acompanha a inserção no mercado de trabalho de jovens que viviam em famílias beneficiárias do programa em 2005. Por meio do cruzamento entre o Cadastro Único (CadÚnico), a folha de pagamentos do Bolsa Família e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o estudo observa se esses jovens, então com idade entre 7 e 16 anos, obtiveram vínculos formais entre 2015 e 2019. A variável central é a taxa de formalização, entendida como a proporção de jovens que apresentaram vínculo formal de trabalho em pelo menos três anos distintos ao longo do período analisado.

Essas duas lentes, olhadas em conjunto, permitem uma análise exploratória sobre os caminhos da superação da pobreza. Mais do que descrever realidades distintas, essa abordagem integrada busca indicar quais características dos indivíduos e dos territórios estão associadas à transformação de oportunidades em trajetórias reais de ascensão social. Ao fazer isso, contribui para o desenho de políticas públicas mais eficientes, guiadas por evidências e que levam em consideração as desigualdades territoriais.

Os resultados sugerem uma relação positiva entre mobilidade e inclusão produtiva. Municípios com maiores taxas de formalização dos jovens oriundos do Bolsa Família tendem a apresentar, em média, maiores níveis de mobilidade intergeracional. Os municípios que atingem simultaneamente mobilidade social e inclusão produtiva são, sobretudo, aqueles com alta cobertura educacional e boas condições do mercado de trabalho local.

¹O Atlas da Mobilidade Social foi desenvolvido por uma parceria do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds) e o Grupo de Análise e Pesquisas Econômicas (Gappe) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e baseado em Britto et al. (2024), que reproduzem Chetty e Hendren (2018a, 2018b) para o Brasil. Para mais informações, acesse <https://atlas.imds-brasil.org/>

²O dashboard “Bolsa Família: Primeiras Gerações” foi produzido pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds) e seus resultados foram apresentados em Fassarella et al. (2024). Para mais informações, acesse <https://imds-brasil.org/indicador/bolsa-familia-primeiras-geracoes>



Além da caracterização de padrões de inclusão produtiva e mobilidade ao nível do território, são apresentadas estimativas da associação entre o nível educacional e o número de anos de permanência no mercado de trabalho formal para jovens que viviam em famílias beneficiárias do Bolsa Família em 2005. Os resultados sugerem que níveis educacionais mais elevados (pelo menos ensino superior completo) estão associados a até 0,7 ano (cerca de 8 meses e meio) adicionais de emprego formal, o que corresponde a um aumento de 23,7% no tempo de permanência no mercado formal em comparação com indivíduos que não concluíram o 5º ano do ensino fundamental e acessaram o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019.

O restante deste artigo é dividido da seguinte forma: na seção 2 apresentamos as bases de dados e mostramos as diferenças de mobilidade social e inclusão produtiva entre as macrorregiões. Também caracterizamos a relação positiva entre mobilidade social e inclusão produtiva entre os municípios brasileiros. Na seção 3, investigamos as características associadas a locais que atingem simultaneamente mobilidade social e inclusão produtiva, especialmente a provisão adequada de serviços públicos de educação. Na seção 4, apresentamos evidências da importância

2. INCLUSÃO PRODUTIVA E MOBILIDADE SOCIAL

2.1. O Atlas da Mobilidade Social

O **Atlas da Mobilidade Social** estima, para cada município brasileiro, a probabilidade de um indivíduo nascido entre 1983 e 1990 em uma família situada nos 50% mais pobres da distribuição de renda alcançar, entre 25 e 29 anos de idade, diferentes faixas da distribuição de renda. Essa abordagem oferece uma medida estruturada da mobilidade intergeracional relativa, permitindo comparações entre territórios e apontando onde as chances de ascensão social são maiores ou menores. Baseada nesses dados, a Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas para o Brasil e por macrorregião, com destaque para duas medidas de mobilidade: a probabilidade de atingir os 25% mais ricos (Painel A) e a probabilidade de superar a renda dos pais³ (Painel B).

A média nacional da probabilidade de alcançar os 25% mais ricos (Painel A) é de 10,8%, e de 49,1% para a probabilidade de superar a posição dos pais (Painel B). Esses valores fornecem um referencial para a comparação entre regiões.

A probabilidade média de indivíduos nascidos nos 50% mais pobres alcançarem o quartil superior da distribuição (Painel A) é significativamente mais alta no Sul (18,1%) e no Centro-Oeste (16,6%), superando a média nacional. O Sudeste também apresenta desempenho acima da média, com 13,0%. Em contraste, Norte (7,4%) e Nordeste (8,1%) estão bem abaixo do padrão nacional, revelando que as chances de ascensão econômica para indivíduos pobres variam conforme o território de origem.

Para explicitar uma perspectiva comparativa, propomos um exercício teórico. Suponha um mundo com perfeito acesso às oportunidades, de forma que a renda dos pais não impacte a probabilidade de ascensão social de seus filhos. Nesse caso, a probabilidade de que um indivíduo nascido nos

³A probabilidade de superar a renda dos pais é definida como a probabilidade de crianças nascidas em famílias abaixo do percentil mediano de renda alcançarem, quando adultas, um posicionamento na distribuição de renda 10 percentis acima do que o de seus pais.



Tabela 1. Estatísticas Descritivas de Mobilidade Social (%)

	Média	D.P.	Min.	Max.
Painel A Prob. de Estar nos 25% Mais Ricos				
Brasil	10,8	4,8	0,0	47,1
Norte	7,4	3,1	0,0	25,6
Nordeste	8,1	2,1	0,7	22,2
Sudeste	13,0	3,9	1,9	42,9
Sul	18,1	4,6	4,0	47,1
Centro-Oeste	16,6	4,0	6,7	37,1
Painel B Prob. de Superar a Renda dos Pais				
Brasil	49,1	11,7	9,5	88,0
Norte	30,5	11,4	9,5	73,8
Nordeste	46,2	7,5	14,7	80,1
Sudeste	55,2	8,6	22,6	79,3
Sul	63,4	5,6	38,9	88,0
Centro-Oeste	55,6	4,8	28,0	77,1

Notas: A tabela reporta a média, desvio-padrão, mínimo e máximo das variáveis do Atlas da Mobilidade Social para o Brasil e por macrorregião, calculadas com base nas probabilidades médias estimadas por município. No painel A é apresentada a probabilidade de estar entre os 25% mais ricos quando adulto, enquanto o painel B mostra a probabilidade de superar a renda dos pais. Estatísticas ponderadas pela amostra.

50% mais pobres alcançasse os 25% mais ricos seria de 25%. Esse cenário é claramente irrealista, mas sugere um *benchmark* para analisarmos esses resultados.

Embora os valores médios estejam aquém desse patamar, chama atenção o fato de que todas as regiões, com exceção do Nordeste, apresentam municípios cujas probabilidades máximas superaram os 25%, indicando que, em certos contextos locais, há mobilidade intergeracional superior a esperada em um cenário de neutralidade da origem.

As probabilidades máximas observadas no Sul (47,1%) e Sudeste (42,9%) revelam que, em alguns municípios, jovens pobres têm quase 50% de chance de alcançar as camadas mais altas da distribuição. Por outro lado, as probabilidades mínimas observadas no Norte (0,0%) e Nordeste (0,7%) indicam que o contrário também vale, isto é, a mobilidade social pode ser extremamente improvável a depender do contexto

No Painel B, os níveis médios são mais altos em todas as regiões, como esperado, por tratar-se de um indicador mais amplo de mobilidade: é mais provável ganhar relativamente mais que os pais do que alcançar o topo da distribuição. Ainda assim, as desigualdades se mantêm. No Norte, apenas 30,5% dos filhos superaram a renda dos pais, contra 63,4% no Sul e 55,6% no Centro-Oeste.

Os resultados mostram a importância do território na determinação das oportunidades econômicas dos indivíduos. As diferenças nas médias regionais, aliadas à ampla variação dentro de cada macrorregião, sugerem que fatores locais estão associados à mobilidade intergeracional no Brasil.



2.2. Mobilidade Social das Primeiras Gerações do Bolsa Família

O estudo **Bolsa Família: Primeiras Gerações** acompanha, ao longo de mais de uma década, uma coorte de jovens de 7 a 16 anos que viviam em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2005. A partir do cruzamento entre os registros da folha de pagamentos do programa, do CadÚnico e da RAIS, o estudo avalia a inserção desses jovens no mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019. Trata-se, portanto, de uma medida de inclusão produtiva entre pessoas oriundas de contextos de pobreza.

O principal indicador utilizado é a taxa de formalização, definida como a proporção de jovens que apresentaram vínculos formais de trabalho em três ou mais anos ao longo do período de análise. O critério busca capturar não apenas a entrada no mercado formal, mas também alguma estabilidade nos vínculos estabelecidos, afastando a influência de ocupações de curta duração ou episódicas.

A Tabela 2 apresenta estatísticas descritivas da taxa de formalização, para o Brasil e por macrorregião. A média nacional é de 29,4%, servindo como referencial para comparação entre os territórios. Os resultados revelam disparidades importantes: as taxas médias são mais elevadas no Sul (43,4%), Sudeste (38,0%) e Centro-Oeste (36,6%), enquanto Norte (17,4%) e Nordeste (22,9%) registram níveis bem inferiores. A diferença entre as regiões ultrapassa 25 pontos percentuais, revelando um acesso desigual às oportunidades de trabalho formal entre jovens oriundos do Bolsa Família.

Tabela 2. Estatísticas Descritivas da Taxa de Formalização (%)

	Média	D.P.	Min.	Max.
Brasil	29,4	10,9	1,3	71,6
Norte	17,4	7,9	1,3	43,4
Nordeste	22,9	5,3	4,9	43,1
Sudeste	38,0	7,6	9,4	62,0
Sul	43,4	6,9	14,9	71,6
Centro-Oeste	36,6	5,4	17,1	55,7

Notas: A tabela reporta média, desvio-padrão, mínimo e máximo da taxa de formalização (em porcentagem) entre 2015 e 2019 dos dependentes de beneficiários do PBF em 2005, para o Brasil e por macrorregião. Estatísticas ponderadas pela amostra. Foram removidos da análise municípios com menos de 100 dependentes.

Apesar dos baixos níveis médios observados em algumas regiões, os dados revelam heterogeneidades dentro de cada macrorregião. Mesmo em contextos socioeconômicos mais adversos, há municípios que conseguiram promover trajetórias mais estáveis de inserção no mercado de trabalho formal. Por exemplo, existem municípios nas regiões Norte e Nordeste que atingiram taxas de formalização superiores a 43%, superando a média nacional e até mesmo o desempenho médio de regiões mais favorecidas. Essas experiências locais, ainda que minoritárias, indicam que a formalização de jovens de baixa renda é possível e que políticas públicas podem ter papel relevante na sua viabilização.

A análise apresentada nesta subseção complementa a perspectiva de longo prazo do Atlas da Mobilidade Social ao oferecer uma medida da realização de trajetórias de inclusão produtiva.

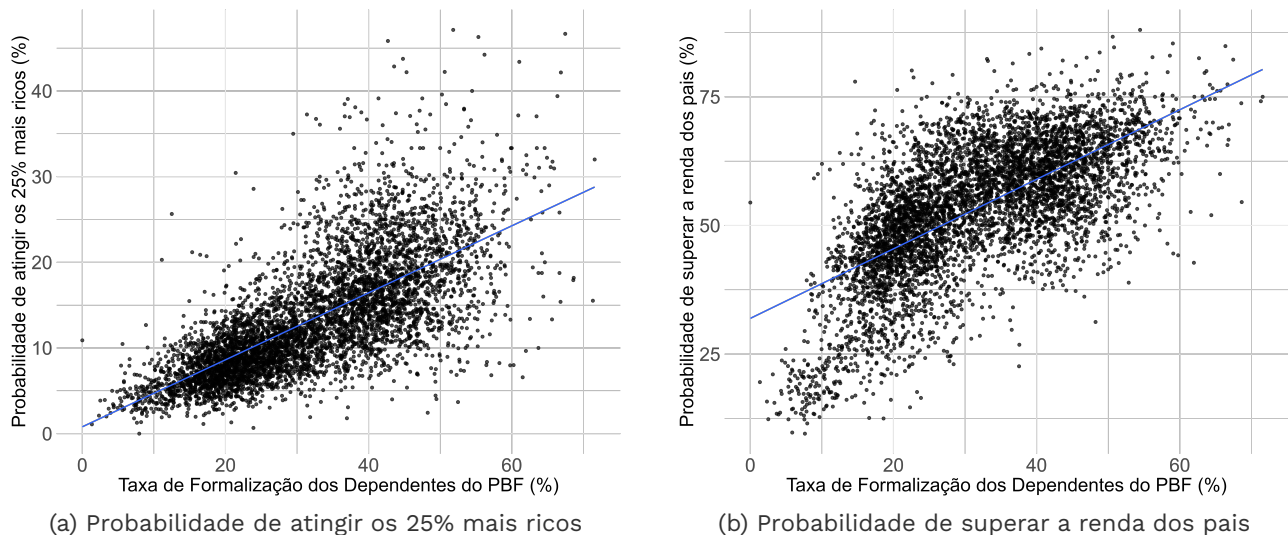


2.3. Mobilidade social e inclusão produtiva

A articulação entre os dados do *Atlas da Mobilidade Social* e do estudo *Bolsa Família: Primeiras Gerações* permite explorar a relação entre o potencial de mobilidade econômica no longo prazo e a realização efetiva de trajetórias de inclusão produtiva no curto e médio prazo. Ao combinar essas duas dimensões ao nível municipal, é possível identificar padrões territoriais distintos e desigualdades persistentes.

A análise foi conduzida a partir da ordenação dos municípios segundo sua taxa de formalização dos jovens do Bolsa Família, permitindo observar como se comportam os indicadores de mobilidade intergeracional ao longo dessa distribuição. De um lado, considera-se a probabilidade de indivíduos nascidos entre os 50% mais pobres atingirem os 25% mais ricos na vida adulta (Figura 1a); de outro, a probabilidade de superarem a renda de seus pais (Figura 1b).

Figura 1. Relação entre Mobilidade Intergeracional e Inclusão Produtiva



Notas: Os gráficos mostram a relação entre o percentil de municípios, ordenados pela taxa de formalização dos jovens oriundos do Programa Bolsa Família, e as respectivas probabilidades médias de mobilidade intergeracional, conforme estimadas pelo Atlas da Mobilidade Social.

Os dois painéis da Figura 1 sugerem uma relação positiva entre mobilidade e inclusão produtiva. Municípios com maiores taxas de formalização dos jovens oriundos do Bolsa Família tendem a apresentar, em média, maiores níveis de mobilidade intergeracional. Essa associação indica que os territórios que oferecem melhores condições de inserção no mercado de trabalho formal também tendem a favorecer a superação de desvantagens de origem.

No entanto, a dispersão dos pontos em torno da tendência indica que essa relação está longe de ser perfeita. Há municípios que, apesar de apresentarem taxas de formalização relativamente elevadas, exibem níveis de mobilidade social modestos. O inverso também é verdadeiro: alguns territórios com alto potencial de mobilidade, segundo o Atlas, não conseguiram, até o momento, traduzir esse potencial em inclusão produtiva efetiva de jovens vulneráveis.

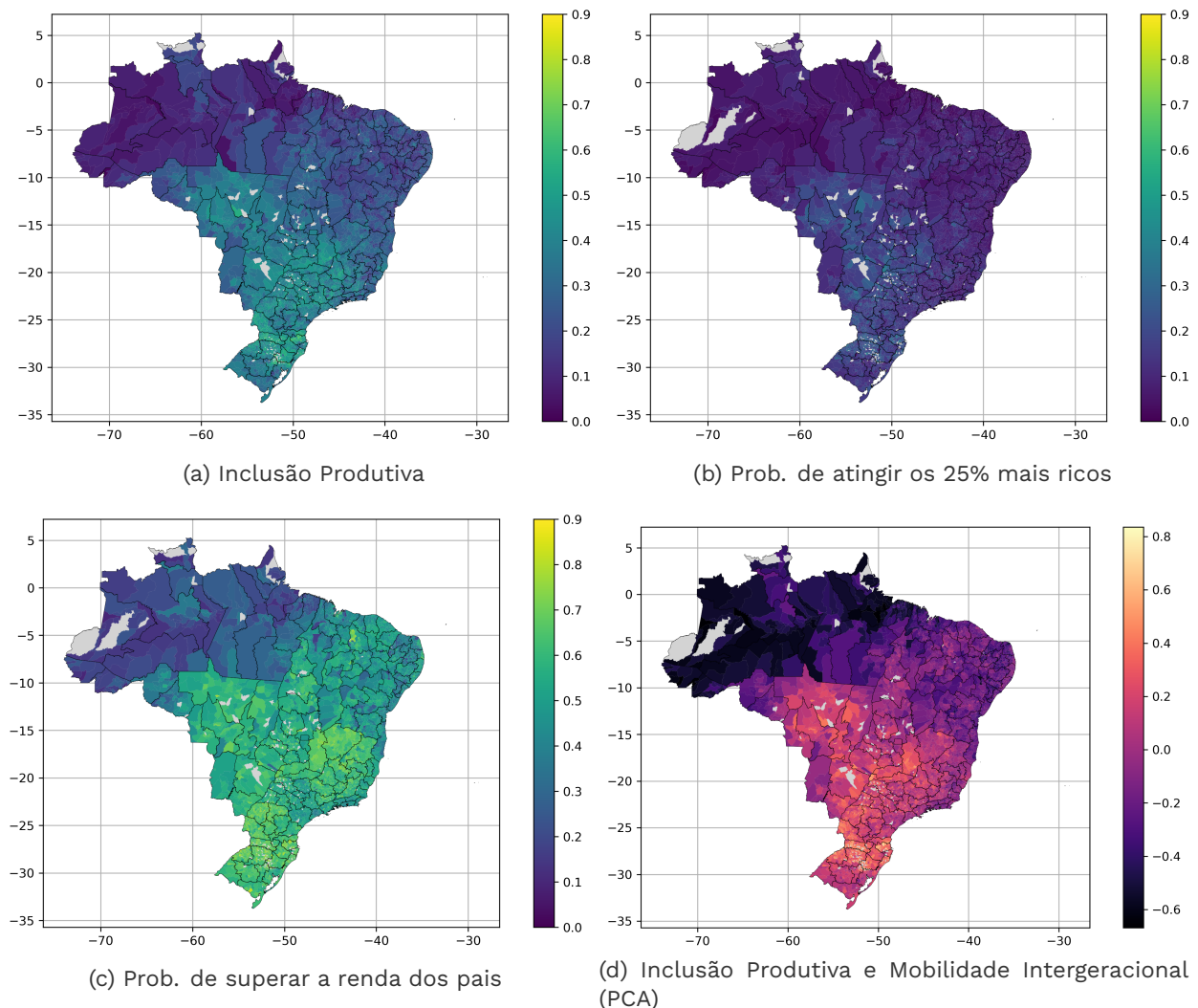


3. IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS LOCAIS

Os resultados da Figura 1 indicam que há uma associação positiva entre mobilidade social e inclusão produtiva no território brasileiro como um todo. A seguir, mostramos de forma mais detalhada como essa relação varia ao longo do espaço.

A Figura 2 exibe, por município, (i) a taxa de formalização, (ii) a probabilidade de estar entre os 25% mais ricos e (iii) a probabilidade de superar a renda dos pais, nos painéis 2a, 2b e 2c, respectivamente. Em linha com as Tabelas 1 e 2, observa-se um padrão: municípios do Centro-Sul tendem a apresentar valores mais altos em todas as métricas, enquanto que o oposto ocorre, em geral, nas regiões Norte e Nordeste.

Figura 2. Distribuição Espacial da Mobilidade Intergeracional e Inclusão Produtiva



Notas: A sequência de mapas indica as taxas de formalização entre 2015 e 2019 dos dependentes dos beneficiários do PBF em 2005, no painel (a), e as probabilidades de uma criança estar entre os 25% mais ricos e superar a renda dos pais, nos painéis (b) e (c), respectivamente. Essa análise é realizada ao nível municipal; entretanto, removemos da amostra municípios com menos de 100 dependentes no intervalo selecionado, indicando-os no mapa com a cor cinza. As linhas pretas indicam as regiões intermediárias. O painel (d) reporta o resultado de uma análise de componente principal (1 componente) construída com base nas variáveis expostas nos demais painéis, que explica 78% da variância conjunta.



A comparação entre os painéis 2b e 2c também é informativa na medida em que contrasta as métricas de mobilidade social, de forma mais explícita que os resultados expostos na Tabela 1. As figuras indicam que existem limites acerca da intensidade com que a mobilidade social para os 50% mais pobres se efetua, ainda que esta seja factível ao longo do território. Essa conclusão é evidenciada pelas baixas probabilidades de se atingir renda equivalente aos 25% mais ricos em comparação às probabilidades mais elevadas de superação da renda dos pais.

No contexto de uma discussão sobre a relevância da inclusão produtiva para a mobilidade social, os resultados sugerem que ainda que a inclusão produtiva seja relevante para a mobilidade social, podendo aumentar a probabilidade de superação da renda dos pais, não é razoável esperar que esta promova, de forma isolada, mudanças de uma magnitude que possibilite aos 50% mais pobres atingirem, consistentemente, níveis de renda equivalentes aos 25% mais ricos.

O painel 2d da Figura 2 apresenta a variação entre municípios de um índice (referido como PCA) que combina inclusão produtiva com mobilidade intergeracional.⁴ Por construção, municípios que atingem altos valores na PCA também atingem, simultaneamente, altos valores nas variáveis empregadas em sua elaboração. Nota-se que a região Centro-Sul do país é aquela que melhor combina mobilidade social com inclusão produtiva, com destaque particular ao estado de Santa Catarina. A região Nordeste atinge valores intermediários, enquanto a região Norte atinge a menor combinação de mobilidade social e inclusão produtiva no território nacional.

Para compreender quais características estão associadas a altos valores no indicador de Inclusão Produtiva e Mobilidade Intergeracional (PCA), utilizamos os dados disponibilizados pelo projeto **Eleições Municipais 2024: Indicadores Municipais**, elaborado pelo Imds, que compila indicadores municipais de 2016 a 2019 sobre os seguintes temas: educação, trabalho e renda, moradia e saneamento, saúde, segurança e pobreza.⁵

O resultado dessa análise, reportado na Figura 3, sugere que locais que atingem simultaneamente mobilidade social e inclusão produtiva são, sobretudo, aqueles com alta cobertura educacional (correlação 0,60). A correlação segue relevante, ainda que em menor magnitude, para variáveis indicadoras de boas condições de mercado de trabalho local (0,46) e infraestrutura adequada de moradia e saneamento (0,29). Segurança e saúde, por sua vez, apresentam uma correlação apenas levemente positiva (0,08 e 0,04, respectivamente), enquanto a correlação com os indicadores de pobreza é insignificante (-0,04).⁶

Embora apenas ilustrativas, essas correlações sugerem que as variações de mobilidade social e

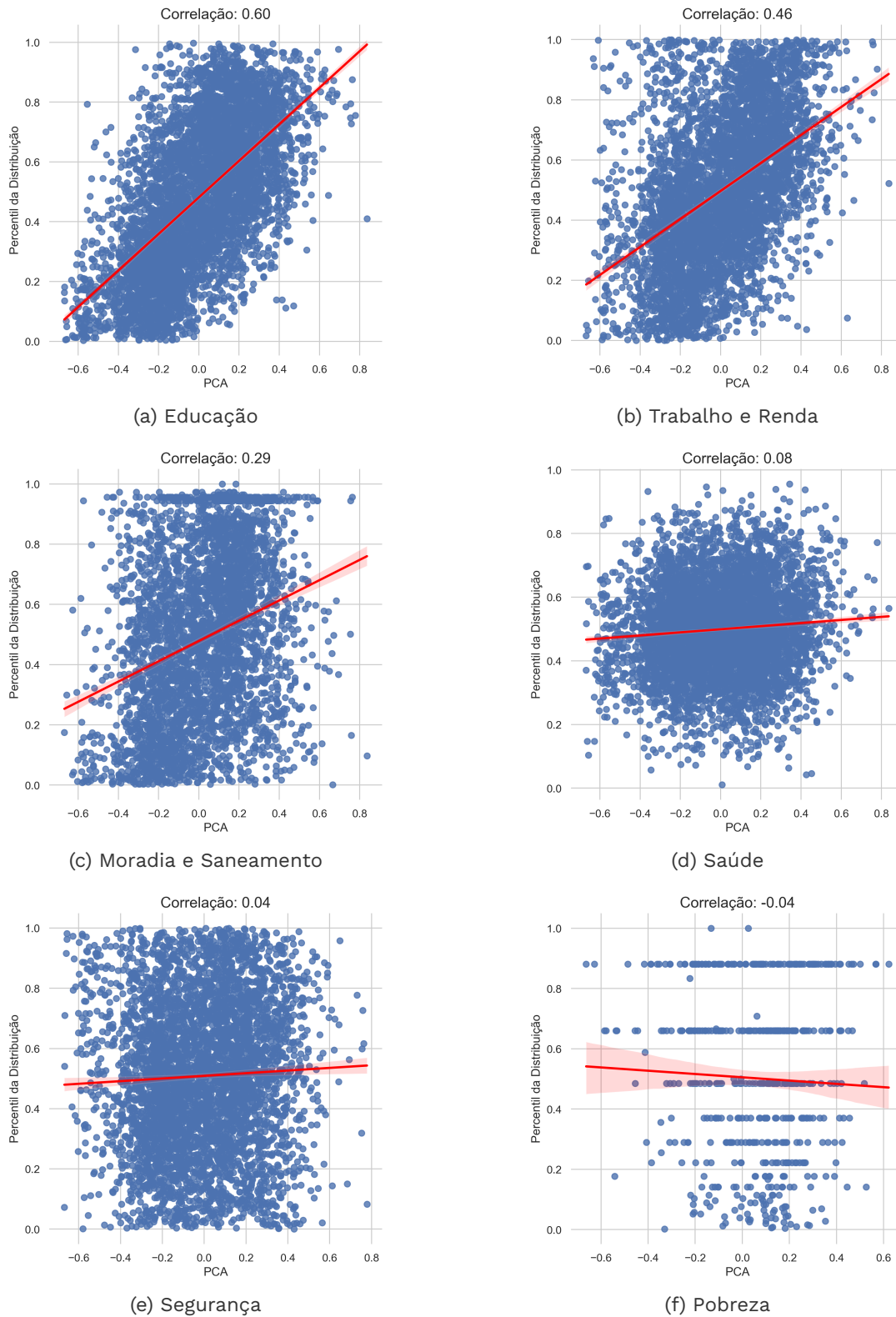
⁴Construímos o índice que combina mobilidade intergeracional com inclusão produtiva através de uma Análise de Componentes Principais (PCA). A PCA é uma técnica de redução de dimensionalidade que transforma um conjunto de variáveis possivelmente correlacionadas em um novo conjunto de variáveis ortogonais chamadas componentes principais. Cada componente é uma combinação linear das variáveis originais que maximiza a variância explicada de forma hierárquica (a 1ª componente explica o máximo possível, a 2ª explica o máximo do que restou, e assim por diante). O resultado permite visualizar estruturas (grupos, tendências) em poucas dimensões, reduzindo ruído e alimentando modelos com menos variáveis, mas mantendo a informação essencial. No nosso caso, aplicamos a PCA às variáveis descritas nos painéis 2a, 2b e 2c da Figura 2. O índice é a 1ª componente principal, que explica 78% da variância conjunta das variáveis. Ver Greenacre et al. (2022) para mais detalhes sobre a metodologia.

⁵Para mais informações sobre o projeto “Eleições Municipais 2024: Indicadores Municipais”, acesse <https://imdsbrasil.org/indicador/eleicoes-municipais-2024-indicadores-municipais/>. Os temas listados no corpo de texto são compostos por diversas variáveis. Para cada par município-variável, calculamos sua posição na distribuição da variável em análise e, em seguida, agregamos os resultados por município-tema pela média. Essa metodologia é necessária uma vez que os dados brutos das variáveis são desbalanceados. Além disso, identificamos as variáveis que indicam piores através de valores elevados (taxas de homicídio, por exemplo) e extraímos as distribuições de seus simétricos, de forma que valores elevados (e, conseqüentemente, a alta posição na distribuição) estejam sempre associados a características desejáveis.

⁶A insignificância estatística da análise sobre o tema “Pobreza” pode estar associada ao baixo número de observações disponíveis, diferentemente do caso dos demais temas.



Figura 3. Associação entre Fatores Locais e Inclusão Produtiva com Mobilidade Social



Notas: O conjunto de figuras reporta a correlação entre as características dos municípios e a componente principal (PCA) gerada a partir da probabilidade de inserção no mercado formal e as duas medidas de mobilidade social, que explica 78% da variância conjunta das variáveis. As características, mensuradas para os anos entre 2016 e 2019, são obtidas a partir dos dados do projeto do Imds “Eleições Municipais 2024: Indicadores Municipais”. Os valores reportados são a média, por categoria-município, do percentil na distribuição das variáveis. Perderam-se 4,4% dos municípios por impossibilidade de pareamento.



inclusão produtiva no território podem estar relacionadas a diferenças entre os municípios na provisão de serviços públicos, como educação e emprego (qualificação da mão de obra).⁷

4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO PRODUTIVA

Conforme sugerido pela Figura 3, a qualidade educacional ofertada por um município está fortemente correlacionada com sua capacidade de gerar, simultaneamente, mobilidade social e inclusão produtiva. Isso posto, uma análise mais cuidadosa sobre o perfil educacional dos indivíduos é necessária para verificar se, de fato, os indivíduos que adquirem escolaridade mais elevada obtêm mais inclusão produtiva.

A Figura 4 reporta, no painel 4a, para os jovens (dependentes) beneficiários do Programa Bolsa Família em 2005 que acessaram o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019, a distribuição de anos na RAIS por nível de escolaridade. Os níveis educacionais foram codificados da seguinte forma: 1 - até o 5º ano do ensino fundamental incompleto; 2 - 5º ano do ensino fundamental completo; 3 - até o 9º ano do ensino fundamental incompleto; 4 - 9º ano completo (até o ensino médio incompleto); 5 - ensino médio completo (até o ensino superior incompleto); 6 - ensino superior completo ou mais. É notável que, quanto mais escolarizado um indivíduo, maior a probabilidade de que ele experiencie mais anos formalmente empregado. Por exemplo, entre os jovens (dependentes) beneficiários do Programa Bolsa Família em 2005 que acessaram o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019, uma parcela de 74,3% daqueles com ensino superior completo ou mais tinha pelo menos 3 anos de formalização. Para aqueles com ensino médio completo e ensino fundamental completo (9º ano), essas proporções são de 68,3% e 61,7%, respectivamente.

Essa evidência sugestiva do painel 4a motiva um estudo econométrico mais cuidadoso. No painel 4b é reportado o resultado da associação entre atingir um determinado nível educacional e a permanência prolongada na RAIS, tomando o primeiro nível educacional como referência e controlando a análise pela cor/raça, município de residência em 2005, sexo e faixa etária.⁸ Ou seja, o painel 4b indica a quantidade adicional de anos na RAIS associada a atingir determinado nível educacional, quando comparado aos indivíduos com 5º ano do ensino fundamental incompleto, controlando a análise pelas variáveis supracitadas.

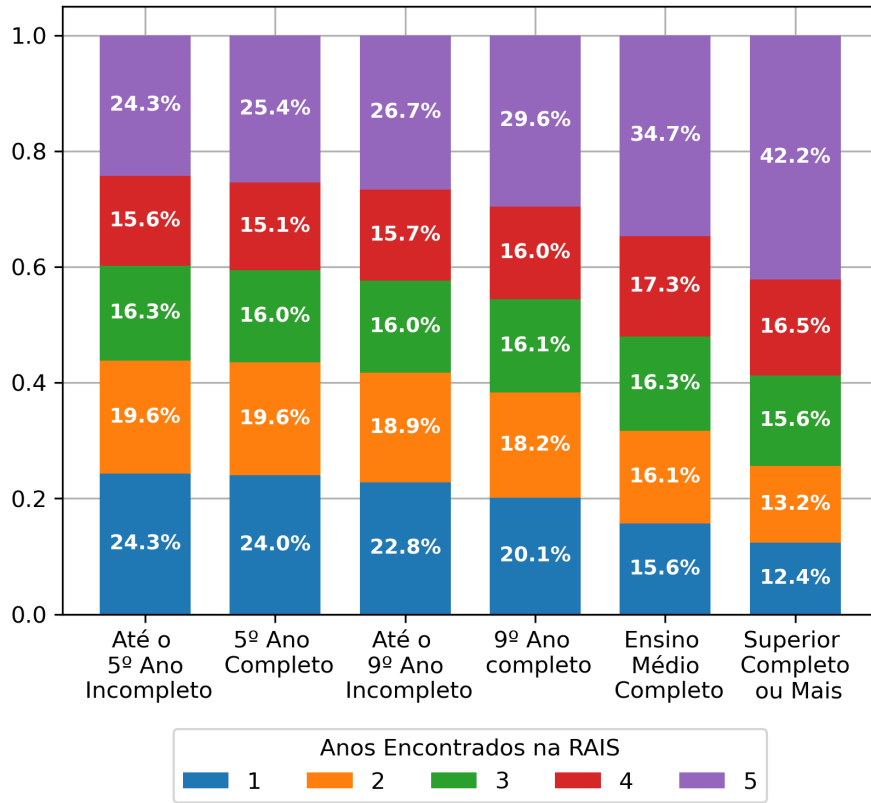
Os resultados sugerem que os ganhos educacionais são sempre positivos, de forma que mais educação sempre está associada a maior permanência em empregos formais. A magnitude dos impactos, por sua vez, sugere que níveis educacionais mais elevados (pelo menos ensino superior completo) estão associados a até 0,7 ano (cerca de 8 meses e meio) adicionais de emprego formal em comparação com indivíduos que não concluíram o 5º ano do ensino fundamental e acessaram o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019. Esse resultado possui relevância econômica, equivalendo a

⁷As variáveis que compõem o tema “Educação” contemplam os seguintes tópicos: 1) financiamento da educação, 2) qualidade do ensino (IDEB no ensino fundamental e médio, percentual de alunos alfabetizados na idade certa), 3) fluxo educacional (distorção idade-série), 4) evasão escolar, 5) oferta da educação infantil e 6) demanda por ensino superior. Já as variáveis que compõem o tema “Trabalho e Renda” contemplam os seguintes tópicos: 1) emprego e remuneração, 2) qualificação da mão de obra, e 3) juventude no trabalho.

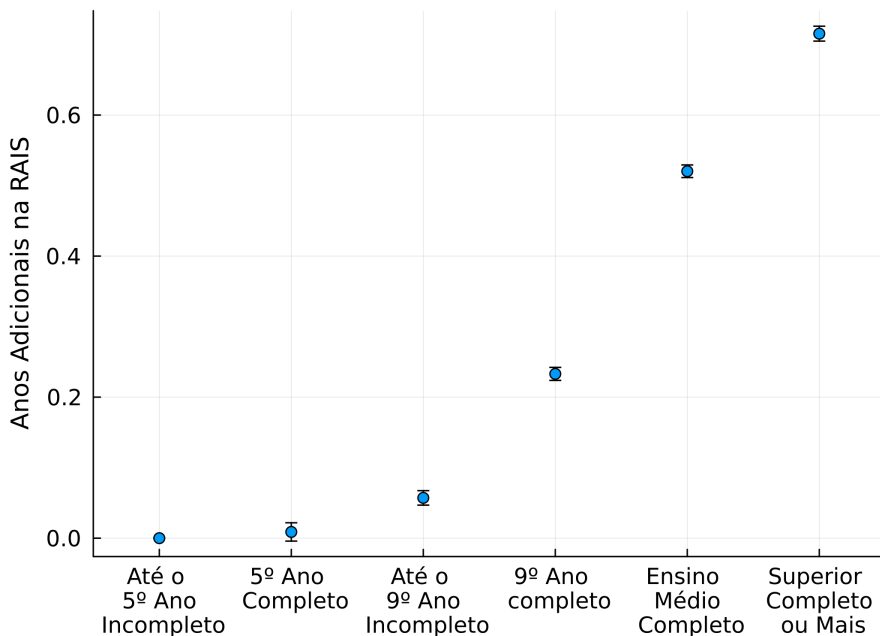
⁸Essa associação é estimada por uma regressão linear múltipla da forma $y_i = \sum_{e=1}^6 \text{educ}_i^e + \gamma^c + \gamma^s + \gamma^f + \gamma^m + \varepsilon_i$, onde y_i é a permanência em anos na RAIS do indivíduo i , educ_i^e representa os diferentes níveis de escolaridade e $\gamma^c, \gamma^s, \gamma^f$ e γ^m representam efeitos fixos de cor/raça, sexo, faixa etária e município de residência em 2005, respectivamente. Os erros padrão são robustos à heterocedasticidade por HC3. O nível educacional “até o 5º ano incompleto” é removido da análise para a identificação do modelo, de forma que torna-se a referência dos resultados.



Figura 4. Relação entre Escolaridade e Inclusão Produtiva



(a) Permanência na RAIS por Nível Educacional



(b) Associação entre Nível Educacional e Permanência na RAIS

Notas: A figura reporta a relação entre escolaridade e inclusão produtiva para os jovens (dependentes) beneficiários do Programa Bolsa Família em 2005 que acessaram o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019. No painel (a) é apresentada a distribuição de anos de permanência na RAIS por nível educacional. No painel (b) são apresentados os coeficientes de uma regressão da forma $y_i = \sum_{e=1}^6 educ_i^e + \gamma^c + \gamma^s + \gamma^f + \gamma^m + \varepsilon_i$, onde y_i é a permanência em anos na RAIS do indivíduo i , $educ^e$ representa os diferentes níveis de escolaridade e $\gamma^c, \gamma^s, \gamma^f$ e γ^m representam efeitos fixos de cor/raça, sexo, faixa etária e município de residência em 2005, respectivamente. O nível educacional “Até o 5º Ano Incompleto” é removido da análise para a identificação do modelo, de forma que torna-se a referência dos resultados. Os erros padrão são robustos à heterocedasticidade por HC3 e são reportados como as barras no painel (b).



um aumento de 23,7% no tempo de permanência na RAIS em comparação com a média do grupo de comparação.

Mesmo que descritivos, os resultados indicam que políticas de inclusão produtiva focalizadas em indivíduos mais escolarizados possuem maior probabilidade de gerar ganhos persistentes nos beneficiários, como a permanência prolongada em empregos formais.

5. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste artigo utilizamos duas abordagens complementares para compreender as trajetórias de pessoas oriundas da pobreza no Brasil: uma que enfatiza a mobilidade social entre diferentes gerações de uma família e outra que aborda a inclusão produtiva por meio da obtenção de um emprego formal.

As evidências do Atlas da Mobilidade Social e do estudo Bolsa Família: Primeiras Gerações mostram que as probabilidades de ascensão social e de obtenção de um emprego formal variam em função de características dos indivíduos e do território. Em outras palavras, políticas que tenham o objetivo de aumentar a mobilidade intergeracional e a inclusão produtiva devem incorporar em seu desenho informações sobre o perfil dos indivíduos e das localidades em que residem.

Neste sentido, fazemos a seguir algumas recomendações gerais:⁹

1) **Customizar a política de inclusão produtiva de acordo com o perfil dos trabalhadores**

Trabalhadores de baixa renda com maior nível de escolaridade têm maior probabilidade de conseguir um emprego formal. Para esses trabalhadores, serviços de intermediação de mão de obra podem ser particularmente efetivos para a inclusão produtiva. No caso de trabalhadores com menor nível de escolaridade, serviços de qualificação profissional podem ser necessários para complementar o processo de intermediação com as empresas.

Com o perfil do trabalhador descrito em uma plataforma eficiente, pode-se customizar os serviços de intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Ou seja, a customização da política pública é fundamental para tratar os diferentes trabalhadores conforme as suas necessidades e potencial. Com isso, o sistema pode indicar os trabalhadores aptos a obter um emprego e aqueles que devem passar por algum tipo de qualificação profissional.

2) **Usar ferramentas tecnológicas para customizar a política de inclusão produtiva**

Uma customização adequada irá depender de recursos tecnológicos, como a incorporação de Inteligência Artificial e técnicas de Machine Learning. Essas ferramentas também são fundamentais para o desenvolvimento de um sistema de intermediação mais eficiente, permitindo um melhor *matching* entre trabalhadores e vagas e ampliando o número de vagas preenchidas.

Outro uso importante da tecnologia é conectar o sistema de intermediação e o de qualificação profissional. Com novos mecanismos de customização e *matching*, o sistema de intermediação

⁹Propostas mais específicas de inclusão produtiva em linha com as recomendações deste texto são apresentadas no artigo *Programas de intermediação de mão de obra e qualificação profissional para a inclusão produtiva*, de Fernando de Holanda Barbosa Filho e Fernando Veloso.



poderá identificar as necessidades de qualificação para os trabalhadores. Além disso, trabalhadores que tenham concluído um curso de qualificação profissional possuem maiores chances de emprego caso o sistema de intermediação seja comunicado a respeito da nova competência adquirida e busque imediatamente a possibilidade de emprego para o egresso da qualificação.

3) Desenvolver Mecanismos de Mapeamento de Vagas em Cada Localidade

Ao longo dos anos, o Brasil teve diversos programas de qualificação profissional, como o PRONATEC, mas as avaliações mostram que, de modo geral, esses programas não conseguiram ampliar a empregabilidade nem o salário de seus egressos. Por outro lado, estudos mostram que o PRONATEC-MDIC, braço do PRONATEC conduzido pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), elevou de forma significativa a empregabilidade.¹⁰

A principal premissa do PRONATEC-MDIC era um mapeamento de vagas. Os cursos somente eram ofertados após se observar a necessidade de determinada capacitação profissional em determinada região. Esta demanda era mapeada através do contato direto com empresas que relatavam o tipo de profissional que necessitavam. Após esta captura da demanda se ofertavam as turmas, que somente eram confirmadas após a inscrição de número suficiente de alunos.

Em resumo, o mapeamento de vagas ajuda a localizar a vaga geograficamente e prover os cursos em localidades próximas que possam atender a demanda capturada. Isso, por sua vez, aumenta consideravelmente a chance de sucesso da política de qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

- Barbosa Filho, F. (2022). Pronatec: uma Oportunidade Desperdiçada. Em M. Mendes (Ed.), *Para não Esquecer: Políticas Públicas que Empobrecem o Brasil*. Editora Autografia.
- Britto, D. G., de Andrade Fonseca, A., Pinotti, P., Sampaio, B., & Warwar, L. (2024). *Intergenerational Mobility in the Land of Inequality* (Working Paper).
- Chetty, R., & Hendren, N. (2018a). The Impacts of Neighborhoods on Intergenerational Mobility I: Childhood Exposure Effects. *The Quarterly Journal of Economics*, 133(3), 1107–1162. <https://doi.org/10.1093/qje/qjy007>
- Chetty, R., & Hendren, N. (2018b). The Impacts of Neighborhoods on Intergenerational Mobility II: County-Level Estimates. *The Quarterly Journal of Economics*, 133(3), 1163–1228. <https://doi.org/10.1093/qje/qjy006>
- Fassarella, E., Ferreira, S., Franco, S., Pinho Neto, V., Ribeiro, G., Schuabb, V., & Tafner, P. (2024). Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil. *World Development Perspectives*, 35, 100624. <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2024.100624>
- Greenacre, M., Groenen, P. J. F., Hastie, T., D’Enza, A. I., Markos, A., & Tuzhilina, E. (2022). Principal component analysis. *Nature Reviews Methods Primers*, 2(1), 100. <https://doi.org/10.1038/s43586-022-00184-w>

¹⁰Para mais detalhes sobre programas de qualificação profissional no Brasil e uma discussão das avaliações do PRONATEC e PRONATEC-MDIC, ver Barbosa Filho (2022).